

Consultoria projeta mais expansão da classe média até 2034

Estudo da Tendências indica que parcela de brasileiros da Classe C para cima, que em 2024 ficou em 50,1% dos domicílios, pode subir para 54,8%

Por **Lucianne Carneiro** — Do Rio

13/05/2025 05h00 - Atualizado há 6 horas

Depois de o Brasil voltar a ser um país de classe média em 2024, com 50,1% dos domicílios acima de classe C, a estimativa é que essa parcela suba para 54,8% em 2034, mostra estudo da Tendências Consultoria antecipado com exclusividade ao **Valor**. Assim, a parcela de classes D/E deve recuar dos atuais 49,9% para 45,2%.

O trabalho “Classes de Renda e Consumo no Brasil: 2024-2034” leva em consideração o cenário básico da consultoria para os próximos anos, de crescimento moderado da economia brasileira, pouco acima dos 2%, em média.

A atividade desacelera em 2025 e 2026, mas retoma alguma tração maior a partir de 2027. Nessa previsão, estão incluídos os efeitos positivos esperados com a reforma tributária, à medida que avance o período de transição.

Ao mesmo tempo, a taxa de juros - hoje no maior nível em quase 20 anos - voltará a cair em algum momento, mas sem recuar para patamar tão baixo, diante de uma situação fiscal adversa.

Essas são algumas das premissas que baseiam a expectativa de que a classe A tenha um ritmo maior de expansão da renda nos próximos anos, enquanto a velocidade será mais lenta nas classes com rendimento menor. A pressão inflacionária continuará sendo uma limitação ao avanço das classes D e E.

“O que a gente vê para frente é um crescimento da economia moderado, acima de 2%, mas sem grandes solavancos otimistas. Além disso, o juro vai cair, mas não se espera taxa extremamente baixa nesse horizonte”, afirma a sócia e coordenadora da área de macro da Tendências, Alessandra Ribeiro.

“A classe A é a que mais acumula poupança, tem maior parcela de empregadores. E dependendo dos juros também tem ganhos financeiros maiores”, completa.

A economista lembra que o mercado de trabalho ganhou força na recuperação econômica do pós-pandemia, com dinâmica positiva do setor formal. Esse perfil favorece as classes cujas rendas são mais ligadas ao mercado de trabalho, que são B e C.

Esses fatores ajudam a explicar o fato de o país ter voltado a ser um país de classe média em 2024. Antes disso, a última vez que mais da metade dos lares brasileiros estavam nas classes A, B e C tinha sido em 2015 (51%). A recessão dos anos de 2015 e 2016 comprometeu esse quadro e foram oito anos de maioria das classes D e E entre os domicílios brasileiros.

Nos próximos dez anos, pela leitura atual da Tendências, a força maior virá da classe A, perfil que favorece expansão desse grupo na divisão das classes do país. Além disso, há perspectiva de aumento da massa de rendimentos detida pela classe A, ainda que parte disso venha da migração de famílias de renda mais baixa para o topo da pirâmide.

De qualquer forma, o panorama é de avanço da renda como um todo, o que também favorece a ascensão social e uma mudança na divisão dos domicílios por classes, com migração de famílias de renda mais baixa para o topo da pirâmide: “Vemos uma evolução das classes de maior renda, com aumento das parcelas das classes A, B e C, e redução das parcelas dos domicílios nas classes D e E. O cenário contempla uma migração, mesmo que não seja uma mudança tão significativa nem nada tão dramático”, explica Ribeiro.

O avanço dos programas sociais favoreceu as classes D e E nos últimos anos, especialmente até 2023. A situação fiscal, no entanto, restringe essa frente nos próximos anos, destaca Ribeiro. E essas classes ainda são as mais prejudicadas pela inflação. O cenário traçado pela Tendências é de que a parcela das classes A, B e C (pelo menos classe média) avance em dez anos de 50,1% em 2024 para 54,8% em 2034. Assim, a parcela de classes D/E recuará dos atuais 49,9% para 45,2%.

“

No cenário para os próximos dez anos, tudo passa pelo fiscal”

— Gustavo Sung

O olhar para cada uma das classes de renda separadamente permite uma análise mais detalhada. O estudo estima que a classe A - que representava 4,3% dos domicílios em 2024 - chegue a 5,1% em 2034. A classe B atingirá 16,7% em 2034, ante os 14,8% do ano passado. A classe C deve avançar 31% em 2024 para 32,9% em 2034.

De acordo com Alessandra Ribeiro, o quadro contempla uma visão mais cautelosa sobre a evolução da qualificação da mão de obra nos próximos anos: “Não se vê uma grande reforma da educação que signifique avanço forte da qualificação da mão de obra. Há avanço das classes de renda, mas não chega a ser saída tão expressiva das pessoas da base da pirâmide para outras classes”.

Para o economista-chefe da Suno Research, Gustavo Sung, a situação fiscal e suas consequências para o Orçamento público e a atividade econômica são determinantes para se pensar a divisão das classes de renda no país nos próximos anos. “Quando a gente olha o cenário para os próximos dez anos, tudo passa pelo fiscal. Pelas nossas projeções, a relação entre a dívida pública e o PIB continua a subir até 2030. Mas a grande questão é a rigidez do Orçamento. Então a perspectiva para o consumo e a renda depende muito de um olhar muito claro do arcabouço institucional do orçamento brasileiro”, diz.

Essa estratificação dos domicílios por classes de renda é determinada pela renda domiciliar mensal, que indica o poder aquisitivo e a capacidade de consumo. A ótica da análise não se dá por referências culturais sobre padrão de consumo, que às vezes se confundem no debate de classe de renda.

Além disso, diferentemente do que muitos imaginam, não há estatística oficial para o tema no Brasil. O IBGE calcula o rendimento de todas as fontes de renda. Suas análises, no entanto, são feitas a partir de grupos da população, de acordo com a faixa de rendimentos, como os 5% com menores rendimentos, 40% mais pobres ou 1% mais ricos, por exemplo. O IBGE também faz cálculos sobre desigualdade de renda, mas também a partir da ótica dessas faixas de renda por contingentes da população.

Alguns poucos pesquisadores no Brasil organizaram classificações das famílias por classes de renda que variam entre A e classes D e E, com menor poder aquisitivo, como é o caso da Tendências. Em 2024, as famílias com renda abaixo de R\$ 3,4 mil por mês estavam nas classes D e E, pelos critérios estabelecidos pela Tendências. Na outra ponta, os domicílios com renda acima dos R\$ 25,6 mil pertenciam à classe A.

O cenário da Tendências calcula os cortes de renda para cada classe até 2034, a partir da evolução da atividade econômica, dos fatores macroeconômicos que explicam os ritmos diferentes de aumento de renda em cada faixa de rendimentos e também a variação dos preços pela inflação.

Por essas contas, daqui a dez anos, em 2034, as famílias de classe A serão aquelas com rendimento mensal acima de R\$ 36.682, enquanto as de classes D e E terão abaixo de R\$ R\$ 4.884 por mês. Os valores somam rendimentos do trabalho, mas também com aposentadorias, pensões, rentabilidade de aplicações financeiras, aluguéis e programas sociais, por exemplo.